

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

ROBSON CARNEIRO DA SILVA

A ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPÍRITA E OS SENTIDOS DE CARIDADE

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas

JUIZ DE FORA

2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, ROBSON CARNEIRO DA SILVA, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072091, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPÍRITA E OS SENTIDOS DE CARIDADE, desenvolvido durante o período de 12 de maio de 2022 à 31 de julho de 2022, sob a orientação de Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 31 de julho de 2022.

ROBSON CARNEIRO DA SILVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL ESPÍRITA E OS SENTIDOS DE CARIDADE

Robson Carneiro da Silva¹

RESUMO

O imperativo ético da caridade se apresenta no espiritismo como a base ou caminho da salvação individual. Ajudar a um/a necessitado/a, sem dúvida, é a prática central recomendada desse segmento religioso. No entanto, há diversas maneiras de se interpretar e de praticar a caridade no meio espírita, sendo uma delas, à qual denominaremos hegemônica, resumida ao assistencialismo, ou em outras palavras, à distribuição de gêneros (alimentos, roupas, medicamentos, itens de necessidade higiénica etc.). Nosso objetivo com este artigo é mostrar como a visão de assistência social espírita relacionada à caridade praticada exclusivamente dentro de suas instituições religiosas pelos adeptos do espiritismo no Brasil, que são majoritariamente originários de uma camada social e economicamente privilegiada, parte de uma concepção ou filosofia social espírita que enxerga as desigualdades sociais como fruto de karmas de vidas passadas daqueles/as que sofrem as injustiças. Com isso, ajudar a um/a necessitado/a é mais um ato que busca a salvação individual daquele/a que doa do que propriamente transformar as estruturas sociais desiguais, visão de caridade bem distinta daquela trazida por Allan Kardec, o fundador e organizador do espiritismo na França. Nosso método de pesquisa foi analisar algumas documentações que tratam deste assunto produzidas pela Federação Espírita Brasileira, fazendo um paralelo com autores e autoras acadêmicas que analisam a questão. O que esperamos mostrar neste artigo é o fato de que parcela dos espíritas vê as desigualdades sociais como problemas individuais e não estruturais, entendendo a caridade assistencialista como única possibilidade para amenizar estas mazelas.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo; assistência social; caridade; salvação; desigualdade

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em assistência social dentro do movimento espírita, a ideia do senso comum que envolve os públicos interno e externo que frequentam as instituições espíritas é a distribuição de gêneros de primeira necessidade, como roupas, alimentos e medicamentos, para as pessoas mais carentes. A carência material nesse caso tem relação com as necessidades de sobrevivência ligadas àqueles/as que estão em situação de miséria ou de pobreza. Para os critérios do Banco Mundial, pessoas em situação de extrema pobreza são aquelas que recebem diariamente o equivalente a US\$ 1,9 por dia. Para a linha de pobreza, é considerado o rendimento diário de US\$ 5,50 (IBGE, 2021, p. 59). Com a cotação do dólar a R\$ 5,15 (no dia 22 de junho de 2022, quando este texto foi escrito), os valores em reais seriam de R\$ 9,79 e R\$28,33, respectivamente, valores mínimos necessários para que uma pessoa possa não só se alimentar, vestir-se ou cuidar de sua saúde, mas também atender todas suas necessidades, tais como educação, transporte, moradia e lazer.

O atendimento pela Área de Promoção Social Espírita (APSE) à população em situação de extrema pobreza ou pobreza pretende aplicar uma visão de mundo preconizada pela Doutrina Espírita conforme os ensinamentos de “fora da caridade não há salvação” e “amai-vos, este o primeiro ensinamento; instruí-vos, este o segundo” (Kardec, 2013, p. 107). Esses preceitos se traduzem numa prática religiosamente orientada de “obras de caridade” (Arribas, 2008, p. 187). Desta forma, a visão dos/as adeptos/as do espiritismo pode atender aos seus anseios relacionados à necessidade de serem pessoas de bem, o verdadeiro ideal de um “servidor de Cristo” (Simões, 2017, p. 06). Apesar de haver instituições espíritas específicas no atendimento de obras sociais, segundo

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: robdasilva2@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arriba.

classificação de Giumbelli (1998, p. 147), ligadas ao atendimento de idosos, hospitais, abrigo, creches e escolas para crianças e adolescentes, nosso trabalho se ateve ao aspecto de atendimento àquelas pessoas mencionadas no início deste parágrafo – pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

No trabalho de assistência social espírita há, em especial, dois atores envolvidos: a instituição espírita (casas e centros espíritas), representada por seus dirigentes e colaboradores/as envolvidos nesta tarefa, e os/as assistidos/as, que são as pessoas que buscam a instituição espírita na esperança de um auxílio de socorro aos anseios do espírito e/ou de socorro às necessidades materiais. Em nosso trabalho, o que destacamos são as pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza que buscam auxílio material junto a essas instituições, e suas relações com as casas, dirigentes e colaboradores/as espíritas.

Também procuraremos entender se a assistência social espírita procura promover socialmente os/as assistidos/as tratando-os como clientes aos quais se busca prestar um atendimento de qualidade, não só visando atender suas necessidades mais imediatas como também a necessidade de uma melhora estrutural de qualidade de vida social dos mesmos como cidadãos que são.

Apesar de haver outras denominações religiosas que se identificam como espiritismo, sempre que em nosso trabalho tratarmos sobre o espiritismo ou instituições espíritas, cuja instituição mais conhecida e consagrada no meio espírita é a Federação Espírita Brasileira (FEB), estaremos nos referindo à doutrina filosófica-científica-religiosa fundada por Allan Kardec – pseudônimo do educador francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, cuja obra inicial, *O Livro dos Espíritos*, foi lançada no ano de 1857 (Arribas, 2008, p. 11). São a estas ideias e instituições que se dizem ligadas basicamente a Allan Kardec (Giumbelli, 1998, p. 125) que abordaremos em nosso trabalho.

2. A CARIDADE E SUA RELAÇÃO COM O ESPIRITISMO

Basicamente as atividades desenvolvidas dentro de uma instituição espírita podem ser agrupadas em três tipos principais: atividades voltadas diretamente aos aspectos religiosos que envolvem estudo, debate e divulgação da Doutrina Espírita; atividades ligadas à assistência espiritual, práticas como a realização de “passes” e “desobsessão” que têm como campo de atuação o alívio psicológico e sentimental junto aos/às seus/suas frequentadores/as; e, por fim, atividades ligadas à assistência material, que envolvem a distribuição de alimentos, remédios, roupas etc. destinada principalmente à população em situação de carência material (Giumbelli, 1998, p. 127; Arribas, 2008, p.187).

É preciso ressaltar que os/as adeptos/as do espiritismo são formados/as de um público com elevada formação educacional (quando comparado com a população brasileira em geral) e que possuem uma renda superior à grande maioria da população, um público “instruído e escolarizado” (Lewgoy, 2006). O censo demográfico do IBGE do ano de 2010 mostra que este público corresponde a 2% da população brasileira, ou seja 3,8 milhões de adeptos/as que se autodeclararam espíritas. Destes, 36,5% têm escolaridade de ensino médio e superior incompleto e 31,5% com escolaridade de ensino superior completa. A renda de quase 20% de seus adeptos é superior a cinco salários mínimos, sendo que 68,7% se declaram brancos (IBGE, 2010). Estamos falando, portanto, de uma camada social e economicamente privilegiada.

Apesar de a maioria das instituições ou casas espíritas estarem vinculadas a algum tipo de associação federativa, tanto em nível municipal, estadual ou nacional, as mesmas têm autonomia para atuarem da maneira que melhor as aprouverem em seus interesses. A Federação Espírita Brasileira (FEB), através do Conselho Federativo Nacional (CNF), que congrega as diversas federações espíritas estaduais, presta orientações às instituições espíritas, através de publicações, reuniões e documentos, nas diversas áreas de atuação vinculadas ao espiritismo com a finalidade de uniformizar o modo doutrinário e as práticas espíritas (Arribas, 2008, p.188). Aí se incluí o setor, área ou órgão denominado Assistência e Promoção Social Espírita (APSE). Em sua publicação *Orientação ao Centro Espírita* (FEB, 2021), encontramos que a atividade da APSE é subordinada à “orientação e embasamento doutrinário e assistência espiritual” (FEB, 2021, p. 72). Os centros espíritas são considerados locais de culto e de assistência espiritual e social, sendo a célula base do Movimento Espírita Brasileiro (MEB) (FEB, 2021, p. 27-28).

A APSE orienta a prática da caridade junto às pessoas e famílias em dificuldade e risco social, identificando-as como “detentoras de direitos e deveres”, sendo preciso agregar a ajuda material ao “socorro

espiritual e à orientação moral-doutrinária” (FEB, 2021, p. 71). Porém, nos documentos da FEB não são elencados quais seriam os direitos e deveres dessas pessoas e famílias, bem como não se descreve qual o sentido de cidadania, que é bem mais amplo do que apenas detentor de direitos e deveres.

A caridade é vista como um “compromisso com a totalidade da doutrina espírita”, pois o espírita, através da APSE, pode praticar a caridade como parte e consequência da adesão à doutrina espírita (Giumbelli, 1998, p. 131-132). O que se vê em documentos orientadores do funcionamento da APSE, que citam Kardec, é de que para atuar na área da APSE não se é requerida uma especialização ou uma boa preparação, bastando ao/a colaborador/a ou atendente espírita ter boa vontade (FEB, 2018, p. 38). Giumbelli destaca esta visão ao mencionar que atividades ligadas à educação, profissionalização e apoio jurídico, que requerem especialistas em seu campo de atuação, são as que menor expressão têm nas instituições espíritas (Giumbelli, 1998, p. 146).

Na visão religiosa espírita, quem doa recebe a possibilidade de salvação, e no caso de quem recebe, trata-se de oportunidade de praticar a humildade da aceitação. Mas o que se esconde atrás dessa prática e concepção de caridade é uma forma de condução do ser humano pela religião e um controle social para se manter a paz social (Rezende & de Oliveira, 2014, p. 35-36).

O pobre/necessitado, para parcela hegemônica e dirigente do espiritismo, é visto como um instrumento necessário à salvação de seus/suas adeptos/as, que possuem frequentemente uma melhor condição financeira e social. No espiritismo, há também a despersonalização de quem doa, visto que é estimulada sua vinculação a um centro espírita para a prática da caridade, com o intuito de se manter o controle sobre o que, como e a quem se doa.

Na França, país de origem do espiritismo, suas feições se tornaram diferentes da forma praticada no Brasil, visto que lá não há esta ideia de assistencialismo ou de uma perspectiva de doutrina especificamente religiosa, como ocorre no Brasil (Arribas, 2008, p. 23). A “faceta doutrinária filosófico científica” acaba atraindo o interesse “das camadas média e da elite através de sua faceta religiosa-caritativa”, sendo que a prática da caridade se torna o seu cartão de visita para a sociedade brasileira de um modo geral (Camurça, 2000, p. 149).

Em nosso país, como o espiritismo sofreu restrições e perseguições em finais do século XIX e início do XX – momento de sua entrada e consolidação no Brasil –, a busca de uma forma religiosa assistencialista foi a oportunidade que a FEB enxergou de lhe dar visibilidade e autoridade religiosa. Célia Arribas (2011, p. 7) defende a ideia que o espiritismo em seu princípio no Brasil já havia assumido a sua postura religiosa por um grupo expressivo de espíritas, independentemente de pressões e repressões, em especial pelo Estado, sofridas por seus adeptos e lideranças. Arribas entende que antes desta repressão, ele já havia se constituído e investido de uma organização predominantemente religiosa. As repressões só realçaram o aspecto religioso defendido pelo grupo hegemônico que liderava a FEB, à época de sua fundação no final do século XIX. A FEB, que desde sua origem procurava ser reconhecida como a liderança institucional do espiritismo no Brasil, só conseguiu este intento a partir do ano de 1949, com o advento do Pacto Áureo (Lewgoy, 2006, p. 6).

O preceito “fora da igreja não há salvação”, ligado ao catolicismo, se torna o “fora da caridade não há salvação” no espiritismo. Há a necessidade de se perpetuar o estado de miséria de grande parte da população, tendo em vista que a pobreza é vista como uma expiação de erros do passado (Kardec, 2013, p. 212-213). Para socorrer pessoas necessitadas, o/a espírita pode realizar a sua tarefa primordial, a prática da caridade, necessária à sua evolução espiritual e à evolução dos/as assistidos/as, chamados/as de “usuários/as” pela APSE, conforme o documento *Orientação à assistência e promoção social espírita* elaborado pela FEB (FEB, 2018, p. 24), estimulando-os a saírem do estado de acomodação que se encontram (FEB, 2018, p. 64). Contudo, esta prática para os dirigentes da FEB tendo em vista a necessária proteção espiritual, só se dá de forma segura dentro das instalações físicas ou sob a responsabilidade de um centro espírita (FEB, 2021, p. 193), numa visão paternalista.

A caridade, considerada uma lei divina pelo espiritismo e única forma de salvação, necessita que haja um público de camada social mais carente para que a classe social mais privilegiada, aderente ao espiritismo, possa praticá-la (Arribas, 2008, p.188). O esforço por uma sociedade igualitária não é pensado pela maioria espírita, apesar de Kardec buscar desenvolver a ideia de caridade de uma forma mais abrangente (Kardec, 2013, p. 385). A própria FEB, citando Kardec em sua publicação *Orientação ao Centro Espírita*, descreve a caridade nos seguintes termos: “segundo Jesus, não se restringe à esmola, abrange todas as relações em que nos achamos com os nossos semelhantes [...]”, ou seja, uma abrangência mais ampla e não restrita aos centros espíritas (FEB, 2021, p. 70). Porém, o que se vê em outras normas e orientações da própria FEB e junto aos centros espíritas é

um assistencialismo paternalista transvestido de caridade, que acaba servindo de propaganda do espiritismo junto à sociedade brasileira em geral.

O socorro prestado junto aos/às usuários/as da APSE é pontual, visto que a forma de distribuição de refeições, alimentos ou outros gêneros de necessidade básica de sobrevivência, tais como vestuários, produtos de higiene pessoal etc., não ocorre todos os dias da semana (Giumbelli, 1998, p. 168). Percebe-se que há uma tendência de o/a colaborador/a espírita se enxergar como um ser superior ao/à usuário/a da APSE, que é visto como alguém inferior, um objeto necessário para a tarefa da caridade, sendo que esse usuário deve ser muito grato por receber a assistência (Simões, 2017, p. 163).

Diferentemente das camadas sociais mais vulneráveis, encontramos também frequentadores que são, na grande maioria, de camadas sociais médias. Eles desejam um apoio espiritual e moral, buscando os centros espíritas “a fim de tomar passes e elaborar uma gestão ‘espiritual’ de seus conflitos intrafamiliares” (Lewgoy, 2006, p.15). O passe é considerado uma atividade terapêutica pela FEB (FEB, 2021, p. 91) e seria para os espíritas a “imposição das mãos sobre uma pessoa com a intenção de aliviar dores e sofrimentos físicos ou espirituais, curá-la de algum mal ou simplesmente fortalecê-la” (Arribas, 2011, p. 15).

Pode ocorrer, inclusive, a separação espacial de atendimento ao público mais carente, em dias ou horários diferentes das reuniões e práticas voltadas aos que se autodeclaram espíritas ou que têm afinidades com o espiritismo, provocando uma segregação dos públicos envolvidos (Giumbelli, 1998, p. 146).

Kardec, ao contrário do que prezam os dirigentes espíritas que limitam a prática da caridade aos centros espíritas, entendia a necessidade de conversão de toda a sociedade a um pensamento de fraternidade e caridade, em sentido mais amplo, com o fim de inculcar na humanidade “sentimentos de abnegação e de devoção” (Giumbelli, 1998, p. 136).

A caridade assistencialista é até hoje o aspecto mais relevante para a maioria das instituições espíritas, mas incluem-se também na prática e na concepção de caridade os trabalhos mediúnicos de comunicação e socorro aos espíritos desencarnados (sessões de desobsessão/doutrinação), que se manifestam em um centro espírita através de um médium (Giumbelli, 1998, p. 132-133). Isso acaba gerando junto ao/à adepto/a do espiritismo a ideia de que a prática da caridade deve ocorrer somente dentro das instituições espíritas, ou seja, só se é espírita e encontra a sua salvação, bem como das pessoas necessitadas que se procura auxiliar, apenas dentro de um centro espírita.

3. ASSISTÊNCIA SOCIAL FORA DA RELIGIÃO ESPÍRITA

O objetivo aqui é buscar compreender o que constitui a Assistência Social fora do espiritismo e do campo religioso assistencial, bem como saber se sua conduta junto à população socialmente desamparada ocorre de forma idêntica, ou não, com a APSE. Para Rosana C.L. Rezende e Claudilene C. de Oliveira (2014), a “trajetória religiosa do sentido da caridade no decorrer da história de diferentes religiosidades coloca em confronto os limites entre a caridade religiosa e as ações profissionais em benefício social e institucional” (Rezende & de Oliveira, 2014, p. 34). O surgimento da Assistência Social, enquanto política de governo, surge nas décadas de 1930 e 1940 durante o governo de Getúlio Vargas, que “procura defender os direitos trabalhistas e sociais da classe operária”, sendo desta época “a criação dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e da Saúde (Rezende & de Oliveira, 2014, p. 37).

Pedro Simões (2003) entende que a qualificação profissional do Serviço Social se distanciou do aspecto religioso oriundo dos primeiros serviços neste campo de atuação, inicialmente conduzido pelos diversos agrupamentos religiosos. Para Simões, essa profissionalização aproxima a assistência social a um aspecto laico, sem qualquer tipo de discriminação, incluída a religiosa. A profissionalização incorporou aspectos ligados às Ciências Sociais e à Psicologia, deixando de lado os aspectos moralistas existentes dentro das religiões, porque o profissional da assistência social melhor qualificado pode atuar sem se preocupar em fazer prosélitos (Simões, 2003, p. 17).

Ao profissional da assistência social é possível prestar o apoio necessário às necessidades espirituais das pessoas, sendo que estas necessidades têm relação mais ao estado de espírito individual do que

necessariamente ter ligação com uma religião institucionalizada, pois o que se procura é “o sentido da vida’, o contato com um poder superior, a preocupação com o bem-estar alheio, que deve se sobrepôr a interesses egoístas” (Simões, 2003, p. 20). O profissional da assistência social, segundo Simões, pode usar seus valores espirituais ou religiosos tais como “ajuda ao próximo, compaixão, justiça social, cuidado social, respeito, não-julgamento”, usando estes valores como forma de acessar e atuar junto a sua clientela, sem se deixar influenciar pelo proselitismo ou preconceitos, tendo a clara compreensão de que não há uma neutralidade total (Simões, 2003, p. 21).

Apesar da profissão de assistente social não ser tão valorizada quanto outros profissionais de áreas congêneres, aquela conotação religiosa ligada à profissão passa a sensação de uma virtude, que extrapola o aspecto “contratual de prestação de um serviço”. A “percepção de que a ação assistencial é mais do que uma simples profissão, é também um ato de bondade e de amor” mostra a forma como o profissional nesta área aglutina “sentimentos e boas ações” (Simões, 2003, p. 25).

O profissional da assistência social pode, portanto, vivenciar sua espiritualidade e suas crenças religiosas, mas não pode impô-las, caso pretenda atender e socorrer alguém. Ao se perceber um conflito baseado em sua perspectiva pessoal, especialmente em relação às suas crenças, é necessário encaminhar seu cliente da assistência social junto a outro profissional para melhor atendimento. Porém, é necessário que aquele profissional possa debater de maneira autocrítica com outros técnicos/profissionais sobre como suas crenças passam a afetar, ou não, o seu desempenho profissional, para que possa fazer as modificações necessárias sobre suas habilidades.

O espiritismo usa de uma retórica científica buscando dar uma interpretação racional aos fenômenos e rituais religiosos ligados ao mesmo, sendo que consideram como “supersticiosas” as crenças alheias” (Lewgoy, 2006, p. 13). Essa é a mesma leitura que se é feita sobre toda atividade de assistência social que não esteja de acordo com a Doutrina Espírita, visto ser obrigação do colaborador do movimento espírita o estudo ininterrupto do espiritismo para que possa entender os problemas sociais e humanos sob a ótica espírita e sempre “dar o melhor de si para ajudar o semelhante a sair das próprias dificuldades” (FEB, 2018, p. 65). Isto tem relação com o fato de parcela considerável do MEB considerar o espiritismo em um patamar de superioridade a qualquer outra denominação religiosa, visto que seus adeptos o considerarem como a “Terceira Revelação” – a primeira revelação teria sido a de Moisés e a segunda, de Cristo –, ou seja, em um estágio à frente das demais religiões judaico-cristãs (Camurça, 2000, p. 151) e além de outras formas de organizações sociais.

Diante das grandes carências da população, como a falta de um sistema de saúde adequado, o espiritismo desde sua origem no Brasil se legitimou junto à população dos grandes centros urbanos com atuações “terapêuticas mais acessíveis e eficazes” (Camurça, 2000, p. 146). Como ainda é precário o atendimento de saúde em nossos dias, em um centro espírita são inseridas atividades, como o passe, consideradas como terapêuticas e de auxílio psicológico, físico e mental, as quais a FEB deixa claro que não estão inseridas como finalidade da doutrina espírita (FEB, 2021, p. 91-92).

4. A RELAÇÃO ENTRE ASSISTENTE E ASSISTIDO/A

Não podemos dissociar a relação da APSE com o/a assistente, aquele/a que presta assistência social ligado/a a um centro espírita junto ao/à assistido/a ou usuário/a que recebe o benefício de assistência.

Quando há um vazio institucional, não há que se falar em assistência social (Simões, 2017, p. 159), ou seja, não há assistência social praticada por um indivíduo isolado, pois ele deve estar vinculado a alguma instituição. É o agente institucional, estatal ou não, que dá legitimidade e que define quem é o seu público a ser assistido. A partir de seus valores culturais, esse agente determina os parâmetros aos quais o assistido deve se conformar, ou não, em aceitar tais especificações de atendimento. No caso da APSE, muitas vezes as necessidades dos assistidos, chamados de usuários, não são levadas em conta no momento de se prestar o atendimento ao mesmo.

Marcelo Camurça, citando Simone Geralda Oliveira, nos diz que em Juiz de Fora o espiritismo, mesmo que “não tenha conseguido adeptos entre aqueles a quem socorria”, granjeou através dessa caridade o “respeito por parte dos não-espíritas” visto que atendia a qualquer pessoa de qualquer crença (Camurça, 2000, p. 148).

O MEB altera o significado e o foco da assistência social, destoando do que se aplica fora das instituições espíritas por outras instituições ou mesmo o poder estatal. Como o “espiritismo orientou-se para uma clientela de camadas médias urbanas letradas” (Lewgoy, 2006, p. 07), o movimento espírita brasileiro ampliou o significado de assistido por considerar que “todos somos necessitados dessa ou daquela espécie, perante Deus e diante uns dos outros” (FEB, 2018, p. 48), sendo essa a forma como o MEB denomina aos frequentadores das casas espíritas, pois durante o “processo de atendimento pelo passe” é recomendado que o “assistido deve procurar eliminar pensamentos negativos, como ironia, descrença, vibrações antifraternas e preocupações de ordem terrena” (FEB, 2021, p. 92-93, grifos meus).

O MEB relativiza os sofrimentos daqueles que lutam por sua sobrevivência os quais vivem expostos à fome, frio ou doenças, considerando-os no mesmo patamar dos que não têm que se preocupar com essas necessidades de sobrevivência. Da mesma forma como estes, os usuários da APSE têm suas carências espirituais e morais necessitando de um apoio religioso que não pode estar vinculado ao trabalho de assistência social. Muitos procuram o centro espírita porque necessitam de itens de sobrevivência mínima, que são fornecidos dentro de um centro espírita, mas há muitos que gostariam de ser acolhidos como indivíduos também necessitados de apoio e ajuda espiritual.

O conceito por parte do MEB é de *assistência e promoção social*, mas o usuário não é atendido em suas reais necessidades que extrapolam a mera refeição ou distribuição de um item de sobrevivência. Mesmo a recepção aos usuários é diversa da que é feita junto aos que buscam o centro espírita para tomar um passe ou água fluidificada (Lewgoy, 2006, p. 7).

Na visão dos dirigentes ligados à APSE, o perfil do assistente não deve ser técnico e burocrático, sendo que consideram como fatores preponderantes uma conduta doutrinária espírita, associada à boa vontade. O usuário é visto como uma pessoa de igual para igual, por ser um necessitado como qualquer pessoa, mas é enxergado pelos assistentes da instituição espírita, nas entrelinhas, ou pelo menos parece ser uma tendência, de forma negativa por estar em “inferioridade moral” (Simões, 2017, p. 163), havendo a necessidade de sempre auxiliá-lo e orientá-lo.

Há uma ideia de que o assistente, em algum momento da vida, recebeu o auxílio moral e religioso do espiritismo “pois o trabalhador é alguém que já passou por uma necessidade e que conseguiu inverter a posição, deixando de ser assistido para ser assistente” (Simões, 2017, p. 163). Ele deve dar a retribuição realizando o trabalho ligado à APSE ou algum outro tipo de atividade de assistência ao público que chegue em um centro espírita.

A tarefa da APSE tem estreita relação com a caridade no discurso espírita (Simões, 2017, p. 164), bem como reforça o seu caráter religioso. Por isso é importante lembrarmos que o sentido de cidadania que se quer atribuir aos indivíduos que procuram a APSE, que tem uma visão muito religiosa de assistência, é um paradoxo, visto que para ser cidadão é necessária a laicidade da cidadania (Simões, 2017, p. 165).

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO

Durante anos, a visão de muitos políticos e do senso comum das pessoas é de que os instrumentos à disposição para uso dos recursos públicos na assistência social seriam uma forma de se criar uma clientela fiel ao detentor dos recursos e de políticas públicas assistenciais.

O clientelismo é a procura de se apadrinhar grande parte da população através de políticas públicas sem que haja soluções estruturais em relação às desigualdades sociais, porque o que se quer são paliativos que não promovam a cidadania das camadas sociais mais carentes.

Por isso são muitas vezes atacadas as políticas estatais que criam programas de distribuição de renda junto às famílias e pessoas mais pobres. Contudo, ao contrário das críticas, os programas produzem a redução do trabalho infantil, a melhoria dos índices de vacinação e de educação de crianças e adolescentes, a redução dos índices de mortalidade infantil, redução da linha da pobreza, dentre outras vantagens. Podemos citar um exemplo de um programa governamental, criado em 2003, que foi efetivo na melhora de índices na qualidade de

vida da população mais pobre: o Programa Bolsa Família.

Entre os anos de 2001 e 2011, os Programa Bolsa Família (BPF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), “contribuíram com entre 15% e 20% da redução observada da desigualdade de renda” (Campello, 2013, p. 18). O PBF teve “resultados relevantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional. Como o programa estipulava condicionantes ligados à saúde, houve “reflexos importantes na saúde da gestante e da criança” tais como o aumento das crianças que completaram o calendário vacinal, melhora no acompanhamento de saúde básica das crianças, redução de mortalidade infantil (Campello 2013, p. 19). Na educação dos filhos das famílias atendidas pelo PBF, ocorreu uma melhora nos índices educacionais com diminuição do abandono escolar no ensino fundamental e médio bem como as “taxas de aprovação, que melhoram gradativamente para os alunos do ensino fundamental, passaram, no ensino médio, a ser mais favoráveis aos alunos do Bolsa Família que à média nacional do ensino público” (Campello, 2013, p. 19).

Estes programas, aliados a outras políticas de melhoria e valorização social como, por exemplo, o acesso às universidades públicas através de cotas sociais e étnico-raciais, para uma grande parte da população que nunca teria acesso às mesmas sem esta oportunidade, fizeram com que um número elevado da população em situação de vulnerabilidade social pudesse alcançar a melhoria em sua qualidade de vida e de renda.

O que houve, nos últimos anos (principalmente de 2016 para cá, ano do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores), foi uma piora destas políticas sociais e a consequente piora de qualidade de vida e de renda da mesma parcela da população. Por exemplo, o desmonte da rede social de proteção às famílias em vulnerabilidade alimentar provocou a piora dos índices de segurança alimentar. Atualmente 58,7% da população brasileira vive em insegurança alimentar, ou seja, não sabem se irão se alimentar bem no dia, muitas vezes passando fome, ou se terão alimento no dia seguinte (Madeiro, 2022).

Quando há uma assistência social desvinculada de valores que reafirmam os direitos sociais, surge o assistencialismo que degrada mais e mais os indivíduos necessitados daquela assistência (Couto, 2015, p. 666). É uma conduta das elites capitalistas intervindo junto ao Estado e à opinião pública, com o intuito de retirar direitos duramente conquistados pelos trabalhadores (Couto, 2015, p. 667).

Portanto é necessária a manutenção de políticas sociais que visem a emancipação social, política e econômica do indivíduo, sem abrir mão de valores democráticos, que promovam o seu acesso à educação e saúde de qualidade, direito ao trabalho digno e de remuneração justa, moradia, alimentação e lazer, sem que tenha que ficar à mercê de entidades, públicas ou privadas, religiosas ou não, para prover as suas necessidades.

Há um preconceito em relação “à ‘dependência’ que o benefício assistencial cria no cidadão” associando a essas pessoas a pecha de “vagabundagem, displicência e falta de empenho” como se o sujeito optasse pela pobreza, lhes faltando empenho e dedicação para sair de tal estado de miséria social. O que ressaltam não é “o direito a viver tendo atendidas as necessidades sociais, mas sim a reiteração das dificuldades individuais” (Couto, 2015, p. 669), discurso da ideologia capitalista repetido pelo MEB quando se refere aos usuários da APSE como se os mesmos só possuíssem hábitos nocivos e fossem acomodados à sua situação de miséria (FEB, 2018, p. 63-64). Fazendo uma referência com as ideias de Cláudio de Oliveira Ribeiro (2017, p. 22), citando Paul Tilich e Walter Benjamin, o que vemos é que “o capitalismo se tornou uma religião; ou seja, o capitalismo como religião torna-se a força mobilizadora da vida social”.

Mais do que nunca é importante se destacar a responsabilidade de uma assistência social que seja ética e profissional, devendo atender às necessidades dentro da realidade de seus clientes, tendo o dever de questionar os mecanismos que buscam compartimentar esses clientes em classificações gerais em seus problemas que são muitas vezes particulares e únicos. A verdadeira transformação da política social é identificada quando se adquire uma consciência social e de classe, a ponto do sujeito se ver como alguém que tem “direitos sociais-coletivos” o que é um grande avanço dentro do “campo da proteção social”. A construção de caminhos para se “apreender a realidade” sempre dinâmica são necessários “à ampliação de direitos sociais” (Couto, 2015, p. 672-674).

Na medida que a APSE não amplia os seus horizontes na busca de um sentido de assistência social aplicada às ideias acima apresentadas, bem como não quer se interligar com outros atores da assistência social profissionais, a mesma dinâmica de atendimento assistencialista e paternalista aplicada desde o início da criação “Serviço de Assistência aos Necessitados” em 1890 (Arribas, 2008, p. 190) acaba se perpetuando em nossos dias dentro dos centros espíritas.

6. A RELIGIÃO ESPÍRITA DIANTE DA POBREZA SOCIAL

Para ser espírita, não é imperativo o estudo, mas o espírita é valorizado quando demonstra que tem conhecimento e acesso aos grupos de estudos e às leituras das obras espíritas. O que vemos no espiritismo é uma classe de adeptos letrada e privilegiada socialmente, que cria barreiras intelectuais e sociais, nem sempre claras, à participação efetiva em seu campo religioso das camadas menos favorecidas em nossa sociedade (Lewgoy, 2006, p. 2).

Tendo a caridade como caminho de salvação após a morte e o pobre é visto como alguém que é, ao mesmo tempo, digno de reprimenda mas também necessário para a tarefa da caridade, há tendencialmente um silêncio sobre os problemas sociais. O/a adepto/a do espiritismo que tem uma posição social mais elevada pode se dar ao luxo de usar estes argumentos, inclusive para manter o *status quo* dentro da sociedade, visto não sofrer as carências e riscos impostos pela pobreza e as misérias sociais.

O “amai-vos e instruí-vos” são os preceitos pelos quais o/a espírita encontra a sua salvação, sendo que o “amai-vos” se materializa pelas “obras de caridade” (Arribas, 2008, p.187). A APSE não acha relevante se envolver junto a outras instituições de assistência social no debate e no trabalho em conjunto, tendo em vista ficar claro “a pequena importância que os espíritas conferem a associação de suas atividades com o Estado” (Simões, 2017, p. 164). A APSE se considera estar em um patamar mais elevado do que as demais instituições de assistência social, e de que para a prática da caridade apenas o centro espírita é suficiente, pois os “espíritas voltam-se para si mesmos e para as suas referências, buscando legitimar suas ações para o universo espírita, em primeiro lugar” (Simões, 2017, p. 166)

Adolfo Bezerra de Menezes, um dos primeiros presidentes da FEB, “reconhecido pela designação de ‘Allan Kardec Brasileiro’, justamente por ter sido o ‘codificador’ do Espiritismo no Brasil, o seu organizador” (Arribas, 2008, p.104), busca através do campo religioso dar legitimidade para a obra de caridade espírita (Arribas, 2008, p.134), indicando que os grupos espíritas devem prestar socorro no campo espiritual atendendo aos espíritos sofredores e levando o socorro aos necessitados. Para Menezes, a via de salvação religiosa é a forma de unificar o espiritismo e único caminho para a implantação do mesmo no Brasil (Arribas, 2008, p.136).

Conforme Silva Neto (2018), é importante se perceber que quando o Espiritismo se coloca no campo do “livre arbítrio caritativo”, o mesmo busca se isentar de “entendimentos sociais e políticos”. Ao mesmo tempo que se defende a evolução com a Ciência da fé raciocinada, se cria um paradoxo com a neutralidade política (Silva Neto, 2018, p. 136). Se o espiritismo busca evoluir suas ideias em paralelo com o desenvolvimento da ciência (Kardec, 2013, p. 41-42), como não evoluir sua visão no campo da ciência política ou das ciências sociais de modo geral? Silva Neto, citando o historiador Sinuê Miguel, nos alerta que a neutralidade espírita no campo político é um posicionamento político, geralmente favorável aos governos conservadores (Silva Neto, 2018, p. 140-141). O mesmo podemos dizer com essa neutralidade espírita em relação às mazelas sociais e econômicas que afetam os indivíduos atendidos pela APSE. Diferente de vários setores de outras denominações cristãs, o espiritismo não procura se articular politicamente em sua base teológica, mas houve personalidades históricas do MEB, como Bezerra de Menezes, Cairbar Schutel, dentre outros, que atuaram no campo político (Silva Neto, 2018, p. 138).

Contudo, desde o ano de 2018, se posicionando politicamente contra a onda conservadora que assolava o país a partir do golpe de Estado ocorrido em 2016 (Arribas, 2020, p. 617), surge um grupo de espíritas que se destaca “por meio da linguagem dos direitos humanos e das ciências humanas e sociais, os/as ‘espíritas progressistas’” (Arribas, 2020, p.615), que buscam combater a aparente neutralidade política dos dirigentes do MEB, tendo em vista que estes têm uma postura conservadora sobre justiça social e direitos humanos, sendo por isso chamados de “espíritas conservadores”.

Uma sociedade justa e fraternal é uma ideia compartilhada pela quase totalidade dos espíritas brasileiros, porém há divergências entre os espíritas progressistas e espíritas conservadores quanto às causas das desigualdades e quanto aos mecanismos para a solução das mazelas sociais (Arribas, 2020, p.617). Enquanto o grupo de espíritas conservadores defende soluções que reproduzem as mazelas sociais, como, por exemplo, o trabalho assistencialista desempenhado pela APSE, Célia Arribas nos mostra que:

“(…) o pensamento progressista é a tendência à ruptura de padrões sociais tradicionais

responsáveis pelas várias desigualdades; o espiritismo progressista terá mais propensão em pensar a caridade como o caminho para alcançar as transformações estruturais. Construir uma sociedade mais justa requer agir coletivamente no mundo, eliminando as desigualdades de toda ordem” (Arribas, 2020, p.636)

Arribas (2018, n.p.) também sugere que o espiritismo em suas origens “poderia ser, pelos seus princípios, protagonista na promoção da igualdade, da fraternidade e da justiça social”, mas que foi transformado, por conta do perfil social letrado e com boa renda de seus adeptos, em uma doutrina com discurso de que o sofrimento da pobreza social é meritório para a população pobre e miserável, porque criaria a oportunidade de resgate de faltas de vidas passadas. A caridade material pontual e assistencialista, portanto, representa a edificação do “pensamento conservador e reacionário” daqueles adeptos espíritas com relação à sociedade (Arribas, 2018, n.p.). Em defesa de uma falsa neutralidade, ao se valorizar a caridade apenas no sentido de uma moral material e espiritual exclusivamente no campo religioso, sem se buscar uma verdadeira transformação social, o que espiritismo hegemônico (tendencialmente conservador) faz é fechar as discussões políticas e sociais por uma sociedade mais justa, livre e igualitária, sendo censurado qualquer debate político no meio espírita que possa advir destes campos.

Ao contrário de ser um movimento filosófico com consequências morais (Kardec, 2013, p. 40) com uma visão de transformação da sociedade mais justa e igualitária, o movimento espírita brasileiro hegemônico transformou o espiritismo em “uma seita religiosa de fundo egoísta, buscando a salvação pessoal de seus adeptos e adeptas” (Arribas, 2018, n.p.), onde é ensinado a normalidade da pobreza até porque seus adeptos, como já mencionamos, estão em uma posição social confortável e privilegiada.

A maioria da população socialmente pobre já nasce e morre nesta situação sendo que suas futuras gerações de filhos e netos também viverão tal estado de vida. É necessária uma intervenção para que se procure uma “igualdade econômica e social” visto que sem estas não há que se falar em igualdade política e de igualdade de oportunidades. A Sociologia nos ensina “que aquilo que encaramos como natural, inevitável, bom ou verdadeiro, pode não ser bem assim e que os “dados” de nossa vida são fortemente influenciados por forças históricas e sociais” (Arribas, 2018, n.p.). O espírita que observa outros seres humanos passando fome e frio, enquanto tem abrigo e alimento, pode ter, por falta de empatia, a falsa ideia de que o atual sistema econômico premia aqueles que se esforçam mais e de que a caridade espírita é o melhor remédio para a pobreza do mundo. Por exemplo, em Juiz de Fora (MG), há casos de famílias desfavorecidas que buscam, junto à APSE de uma instituição espírita, cestas de alimentos há mais de trinta anos, sem que as mesmas tenham assimilado as lições espíritas (Camurça, 2000, p. 153), ou tido melhoras em relação a sua situação social.

Corroborando, nesta ideia, a visão dentro do MEB de que, no caso de atendimento através da caridade, há uma hierarquia de relações sociais do espírita, onde aqueles que deveriam ter uma maior atenção por estarem expostos a diversos riscos em sua sobrevivência, são considerados a última prioridade no atendimento. Dentro dessa hierarquia vemos, primeiramente a esposa e os filhos dos espíritas, depois os seus pais e os irmãos; em seguida os amigos e, por último, os pobres da sociedade (FEB, 2021, p. 117).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos demonstrar aqui em linha gerais, é imposta, por parcela significativa do MEB, ao público em estado de maior vulnerabilidade social, ao qual se presta a caridade, uma responsabilidade sobre sua situação social, econômica e psicológica. A visão de que o pobre ou o miserável não consegue progredir porque não se esforça o suficiente é uma ideia duramente criticada sob o ponto de vista sociológico. O sentido de cidadania deve ter necessariamente o envolvimento do Estado, deve ser também laico, para que possa beneficiar a sociedade civil como um todo. Quando se busca aproximar o sentido de cidadania com o de caridade, o que se faz é imputar a responsabilidade ao indivíduo por uma construção de seu progresso por considerá-los como artífice de seu sucesso e de seu fracasso (Giumbelli, 1998, p. 141).

A abordagem junto à clientela da assistência social necessita de profissionais especializados ou de pessoas capacitadas a partir de uma formação que envolva conceitos oriundos das “das áreas de Ciências Sociais e da Psicologia, deixando de lado as doutrinas e os moralismos religiosos que orientavam a prática assistencial” (Simões, 2003, p. 17), pois necessidades daquela clientela envolvem diversas características psicológicas,

biológicas, de saúde, psicossociais (onde se incluem espiritualidade e religião), sendo que estes diversos aspectos não podem estar dissociados entre si. Porém a APSE tem apenas um foco, o religioso, sobre o problema do indivíduo e/ou do coletivo ao qual ele faz parte, desconsiderando outros aspectos micro e macro sociais relacionados com os problemas e busca de soluções permanentes.

Quando se coloca o assistido, o usuário, em um patamar no qual ele é responsável pelo seu estado de miséria e de pobreza, pouco é feito pelos espíritas para solucionar as causas reais que mantêm o usuário nesta situação: a má distribuição de renda, a falta de trabalho com uma remuneração justa, a falta de moradias adequadas, carência de saúde de atendimento universal e de qualidade, dentre outras mazelas de nossa sociedade brasileira. A ideia, cheia do fundamentalismo religioso, de que o usuário está resgatando os erros passados, afasta a participação do adepto espírita junto à sociedade na busca de uma ordem social baseada na justiça e na solidariedade (Kardec, 2013, p. 417), visto que há, para o espírita, a sensação de que, com a caridade no centro espírita, está construindo seu progresso espiritual como também fazendo o necessário para auxiliar na vida e na evolução espiritual do assistido.

A visão de que para a APSE não há necessidade de uma melhor qualificação dos assistentes gera um ar de misticismo religioso de que suas limitações não irão interferir na forma como vê ou atende aos assistidos. Enclausurado em suas verdades religiosas e tendo sempre como referências, em grande parte, apenas os documentos produzidos dentro do MEB ou escolhidos entre os autores e obras espíritas, a APSE cada vez mais se fecha no enfrentamento de suas dificuldades e seus dilemas. Para o MEB o trabalho desenvolvido pela APSE se impõe como um “dever de repartir o pão e as luzes com que o Cristo e seus emissários nos beneficiam” (FEB, 2018, p. 7), sendo sempre inspirados pela ideia de caridade (FEB, 2018, p. 23).

Apesar de haver um mínimo de regras legais que devem ser cumpridas (FEB, 2018, p. 56) quanto ao trabalho de assistência social, os aspectos legais são abordados de maneira superficial em manuais e outros documentos produzidos dentro do MEB, visto que seus dirigentes não desejam que as atividades sofram algum tipo de subordinação ou regulação que seja externa ao MEB. Há lacunas legais que podem ocorrer como, por exemplo, forma de lidar com idoso, criança e adolescente, estoque e distribuição de alimentos, higiene no preparo e armazenamento de refeições, dentre outras normas. Não existe também uma preocupação de se buscar a participação e integração junto aos outros órgãos ligados à assistência social.

O MEB tem, em relação aos problemas sociais, uma visão de que no mundo cheio miséria e de pobreza, a caridade desempenha o papel mais importante, quando, na realidade, a atuação da APSE funciona como um paliativo e amortecimento junto à populações em risco social.

Baseado no Evangelho de Jesus e em uma moral calcada na caridade, foi possível a legitimação do Espiritismo no Brasil, principalmente com uma visão religiosa tendo como justificativa a necessidade de evangelizar e levar lições morais espíritas aos usuários da APSE. O que ocorre de fato em muitos centros espíritas são as pessoas mais pobres taxadas de seres menos evoluídos às quais, para suprirem suas necessidades de sobrevivência, são impostas regras como a de ouvirem as lições espíritas, mesmo que façam parte de outras denominações religiosas. O verdadeiro papel do espiritismo, segundo Allan Kardec, é o combate às mazelas sociais que geram a pobreza e a miséria, cujas origens são humanas e não divinas (Kardec, 2013, p. 364), buscando soluções mais justas, duradouras e sem a necessidade de humilhar os usuários da APSE. O usuário do APSE, população empobrecida, acaba sendo alijado do debate de uma melhor construção para o atendimento e entendimento social de suas necessidades.

O que Kardec explicita em suas obras é que esta caridade não se resume às atividades desenvolvidas dentro de um centro espírita. A “palavra caridade tem uma acepção muito ampla. Há caridade em pensamentos, em palavras, em ações; não consiste apenas na esmola” (Kardec, 2005, p. 24). Por fim, quando lemos o conjunto de texto produzidos por Kardec, o que encontramos é a necessidade da caridade em sentido mais amplo envolvendo o progresso individual e coletivo, sendo que a sua implantação no mundo é um sinal de progresso da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARRIBAS, Célia da Graça. **Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-05012009-171347. Acesso em: 20 de jan.2022.
-
- _____. **Uma sociologia histórica do Espiritismo.** In ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 20 de jan. 2022.
-
- _____. **Espiritismo, gênero e política: uma equação tensa.** Revista Escuta, 2018. n.p. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2018/03/01/espiritismo-genero-e-politica-uma-equacao-tensa/>. Acesso em 20 de jan 2022.
-
- _____. **Política, gênero e sexualidade: controvérsias espíritas entre progressistas e conservadores.** CONTEMPORÂNEA (UFSCar), v. 10, p. 613-638, 2020. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/27/pdf>. Acesso em 14 de jul 2022.
- CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In CAMPELLO, Tereza; MARCELO Côrtes Neri (org.). **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania – Brasília : Ipea, 2013, p. 15-24.** Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 15 jul, 2022.
- CASTRO DE LUNA REZENDE, R.; DE OLIVEIRA, C. C. **As transformações do traço religioso da caridade e as características que a permeiam na sociedade contemporânea dentro das diversas expressões religiosas.** Sacrelegens, [S. l.], v. 11, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/sacrelegens/article/view/26789>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- COUTO, Berenice Rojas. **Assistência social: direito social ou bem-estar?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0101-6628.045> . Acesso em: 20 de jan. 2022.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. **Orientação à assistência e promoção social espírita/** Organizado pela equipe da Coordenação nacional da Área de Assistência e Promoção Social Espírita do Conselho Federativo Nacional da FEB; Maria de Lourdes Pereira de Oliveira, coordenadora da equipe – 1. ed. - 1. imp. - Brasília: FEB, 2018.
-
- _____. **Orientação ao centro espírita /** [elaborado pela Comissão de trabalho do Conselho Federativo Nacional; Jorge Godinho Barreto Nery, coordenador da equipe – 1. ed. - 1. imp. - Brasília: FEB, 2021.
- GIUMBELLI, Emerson. **Caridade, assistência social, política e cidadania: Práticas e reflexões no Espiritismo.** In: LADIN, Leilah (org.). **Ações em sociedade: Militância, caridade, assistência.** Rio de Janeiro: NAU / ISER, 1998.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

_____. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

KARDEC, Allan. **O evangelho segundo o espiritismo: com explicações das máximas morais do Cristo em concordância com o espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias da vida.** Tradução de Guillon Ribeiro da 3. ed. francesa, revista, corrigida e modificada pelo autor em 1866. – 131. ed. 1. imp. (Edição Histórica) – Brasília: FEB, 2013.

_____. **A Viagem Espírita de 1862.** Tradução de Evandro Noletto Bezerra. 1. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.

_____. **O Livro dos Espíritos: filosofia espiritualista.** Tradução de Guillon Ribeiro. – 93. ed. 1. imp. (Edição Histórica) – Brasília: FEB, 2013.

_____. **A gênese.** Tradução de Guillon Ribeiro da 5a ed. francesa. – 53. ed. 1. imp. – Brasília: FEB, 2013.

_____. **O que é o Espiritismo.** Tradução da Redação de Reformador em 1884 – 56. ed. 1. imp. – Brasília: FEB, 2013.

LEWGOY, Bernardo. **Incluídos e letrados: reflexões sobre a vitalidade do espiritismo kardecista no Brasil atual.** Porto Alegre: UFRS, 2006. Disponível em https://www.academia.edu/1864915/Inclu%C3%Ados_e_letrados_Reflex%C3%B5es_sobre_a_vitalidade_do_espiritismo_kardecista_no_Brasil_atual. Acesso em: 22 jun. 2022.

MADEIRO, Carlos. **Número de brasileiros com fome dispara e atinge 33,1 milhões, diz pesquisa.** São Paulo: UOL, 2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm>. Acesso em: 22 jun. 2022.

REZENDE, Rosana Castro de Luna. **As reconfigurações contemporâneas da caridade: o caso de Juiz de Fora.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1133>. Acesso em: 20 jan, 2022.

SILVA NETO, J. (2020). **Da caridade à cidadania em fluxos.** *Compólitica*, 10(2), 137-166. <https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.2.400>

SIMÕES, Pedro. **Religião, Espiritualidade e Assistência Social.** *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 56, p. 17-32, 2003. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-56/548-bib-56-integra/file>. Acesso em: 20 jan, 2022.

_____. **A concepção dos espíritas sobre assistência social.** *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 53, núm. 1, pp. 158-168, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.1.16> Acesso em: 20 jan, 2022.